



A. P.
Filipe
[Signature]

RELATÓRIO E CONTAS 2023

HÁ 121 ANOS AO SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE



ÍNDICE

	Pág.
Convocatória	2
Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Relatório de Gestão	5 a 17
Proposta de Aplicação de Resultados.....	18
Demonstrações Financeiras e anexo	19 a 46
Certificação Legal das Contas	47 a 50
Parecer do Conselho Fiscal	51



(Handwritten signatures and initials)



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em Assembleia – Geral no dia 22 de março, pelas 17:30 horas, no **Auditório do Lar da Misericórdia**, sito na Rua Elias Moreira Neto, n.º 161, freguesia e concelho de Paredes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2023;
3. Autorizar a venda do quinhão hereditário na herança aberta por óbito de Maria Rosa Ferreira Nogueira, correspondente a metade do prédio rústico inscrito na matriz da freguesia de Vandoma, concelho de Paredes sob o artigo n.º 594 pelo valor nunca inferior a 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros);
4. Autorizar a venda do quinhão hereditário na herança aberta por óbito de Adosinda Ribeiro correspondente a um terço do prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de S. Martinho de Recezinhos, concelho de Penafiel sob o artigo n.º 126 pelo valor de € 14.000,00 (catorze mil euros);
5. Conferir poderes ao Provedor para, em nome da instituição, outorgar as respetivas escrituras, praticando e assinando tudo quanto se torne necessário aos mencionados fins.
6. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Paredes, 07 de março de 2024

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

(Handwritten signature of Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro)

Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro



ORGÃOS SOCIAIS EFETIVOS

Quadriénio 2024-2027

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Alberto Luís Mourão Soares Carneiro
Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto
Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor: Ilídio José da Silva Meireles
Vice-Provedor: José Armando Coutinho Baptista Pereira
Tesoureira: Teresa Maria de Paiva Leal
Secretaria: Ana Francisca de Cabral Ruão
Vogal: António Joaquim Garcez Neto da Silva

DEFINITORIO OU CONSELHO FISCAL:

Presidente: Claudina Rosa Pinto Lourenço Martins Nossa
Tiago José Vieira Castro do Amaral
António Francisco de Oliveira Ferreira



INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na **alínea b) do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2023, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, continuará a ter efeitos sobre a atividade da Instituição, nomeadamente aumento dos gastos e diminuição de rendimentos. É, no entanto, convicção dos membros da Mesa Administrativa, de que os impactos não vão afetar a continuidade da instituição.

A Guerra está a deixar marcas profundas não só a nível social, mas também a nível económico, conduzindo a inflação para níveis mais altos das últimas décadas, o que está a ter impacto nos orçamentos das famílias europeias. Continua a lançar às Misericórdias novos desafios de ajuda humanitária em tempos de incerteza social.

Neste contexto, as entidades do sector social, continuarão com constrangimentos de natureza financeira causadas pelos consequentes aumentos de gastos e diminuição de rendimentos.

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas demonstrações financeiras exigidos por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua compreensão.



RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2023 foi, como sempre, um tempo de um trabalho árduo, sempre exigente, a que acresce a preocupação permanente nas várias obras de beneficiação do património imobiliário, com particular acuidade na denominada Creche do Oural, finalmente em obras.

Todos os problemas foram ultrapassados, alguns com especial complexidade como é o caso do prosseguimento das fases processuais para ultimar o lançamento da contratação pública, quer da eficiência energética do edifício do Lar, quer das habitações colaborativas na antiga escola da Madalena.

Mereceu também particular atenção a aplicação a todos os funcionários das portarias de extensão da contratação, primeiro com a adequação ao contrato coletivo da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, com efeitos retroativos a novembro de 2022, e depois ao Contrato Coletivo entre a UMP – União das Misericórdias Portuguesas e FNE – Federação Nacional da Educação e Outros, produzindo efeitos a partir de 1 de maio de 2023, com os inerentes reflexos do custo do trabalho, bem expresso nas contas do exercício.

A nossa atenção é desde sempre orientada no sentido de os resolver, suprir as deficiências, melhorar a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra.

Apesar das dificuldades, importa reproduzir o que há um ano, aqui deixamos expresso, verificou-se um ligeiro aumento dos proventos, que atingiram mais cerca de € 200.000,00, mas, por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários, progressão da carreira de alguns funcionários, circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos na coluna da despesa.

Este aspeto de agravamento do custo do trabalho não é compensado pela comparticipação dos utentes, a maior parte com reformas insuficientes, e do Estado, já que a tabela atual é para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e não para uma unidade de cuidados continuados.



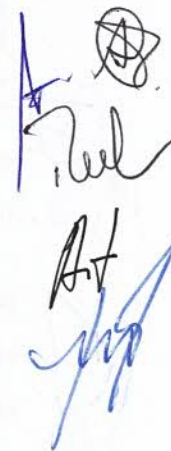
Finalmente impõe-se referir que o saldo negativo das contas se explica pelo facto de serem contabilizadas amortizações no valor de € 282 823.30, fruto do acentuado investimento que foi feito ao longo dos últimos anos, e que obrigatoriamente se manterá nos próximos, sem o que o saldo seria positivo.

A realização de todas as obras desenvolvidas tem reflexo nas contas, com os respetivos custos de amortização, mas entende esta Mesa Administrativa que devem ser vistas como investimento necessário e até imprescindível na perspetiva do médio prazo.

E esse tem que continuar, uma vez que é imprescindível a modernização das condições de todos os edifícios, sem o que se torna difícil poder aumentar as participações dos novos utentes.

Os resultados de 2023 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é imprescindível.



Informação Económica, Financeira e Orçamental

Os membros da Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta informação referente ao período de 2023, contida nos instrumentos de gestão Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2023.

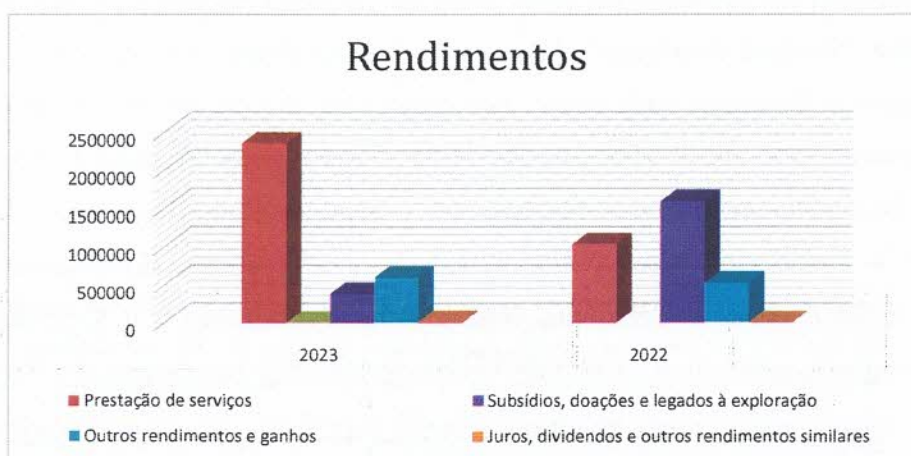
De forma resúmda, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:

(valores em euros)

RENDIMENTOS	2023	2022
Prestação de serviços	2.352.147,20	1.033.090,86
Subsídios, doações e legados à exploração	385.948,78	1.588.802,99
Outros rendimentos e ganhos	601.570,95	525.157,46
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	12.814,29	626,22
Total dos rendimentos	3.352.481,22	3.147.677,53



No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de € 3 352 481.22 (três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e um



euros e vinte e dois cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 6.51%.

Na rubrica “**Serviços Prestados**” verifica-se um acréscimo significativo na ordem de 127.68% em relação ao exercício de 2022, motivada pela alteração da política contabilística na contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre a Instituição e o Estado. Assim, por comunicação do dia 31 de outubro de 2023, a CNC – Comissão Normalização Contabilística **emitiu o seguinte parecer:**

“Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequência dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (**Conta 72 - Serviços Prestados**);

“Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos perante um subsídio à exploração (**conta 75 – Subsídios à Exploração**).

Neste sentido, os valores constantes nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023, não são comparáveis na rubrica “Serviços Prestados” e “Subsídios à Exploração”.

A rubrica “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**” apresenta um decréscimo na ordem de 75.71% em relação ao exercício de 2022, fruto da alteração da política contabilística referida na rubrica “**Serviços Prestados**”. As participações financeiras pagas pelo ISS – Instituto da Segurança Social por cada utente com acordos de cooperação, de acordo com o compromisso de cooperação para o setor social e solidário, que é celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministério da Saúde, a UMP – União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Mutualidades Portuguesas e a Confederação Cooperativa Portuguesa, passaram a ser contabilizadas, no ano 2023, na rubrica de “**Serviços Prestados**”.

Nesta rubrica inclui os subsídios atribuídos pelo IEFP – Instituto Emprego e Formação Profissional. A Misericórdia continua a apostar na medida “Contrato Emprego Inserção +”, para colmatar situações de substituições temporárias de trabalhadores e reforço de apoio aos



trabalhadores. A comparticipação financeira do IEFP é de 90% sobre a bolsa de emprego e é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiários.

Inclui também na rubrica de subsídios à exploração o Protocolo do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Contratos de Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), que é liquidado mensalmente pela Camara Municipal de Paredes (transferência de competências do ISS - Instituto de Segurança Social, desde 01 de outubro de 2022 e a vigorar pelo período de dois anos). A Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. A área geográfica de intervenção situa-se nas freguesias de Beire, Cete, Cristelo, Duas Igrejas, Louredo, Parada de Todeia, Paredes (Besteiros, Castelões de Cepeda, Gondalães, Madalena, Mouriz, Vila Cova de Carros), Sobrosa e Vilela.

Nesta rubrica também consta o Projeto de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas financiado pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAC), tipologia de operações 1.2.1-Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01, ao território de Paredes, com o n.º total de destinatários de 535, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora, em parceria com as entidades mediadoras **S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa**. Este programa foi aprovado e iniciado em 16/10/2017 e a data do fim da operação foi de 30/11/2019. No entanto, a Misericórdia recebeu o convite para aceitar novo projeto, no âmbito do aviso POAPMC-F7-2019-02 com os mesmos objetivos e destinatários. Os destinatários são distribuídos pelos mediadores “*Irmandade da Misericórdia de Paredes, S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa*”, com 235, 150 e 150 destinatários respetivamente.

A Misericórdia de Paredes receciona, armazena, distribui os produtos aos mediadores e aos destinatários e é responsável pela coordenação de toda a logística e ações de acompanhamento. Os produtos a distribuir no âmbito da operação são produtos congelados, frios e secos. O Instituto de Segurança Social assumiu a qualidade de organismo intermédio do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas). Atendendo à composição dos cabazes a distribuir, reforçados em termos nutricionais e por grupo de destinatários, e à temporalidade semestral de distribuição inerente ao tipo de alimentos constantes dos mesmos, bem como à necessidade de criação de condições logísticas para prover os recursos necessários à execução das ações e atividades inerentes ao desenvolvimento do POAPMC, em particular no que

A
Tel
R
M



respeita às despesas de armazenagem, refrigeração, transportes e distribuição de géneros alimentares, foi criado o programa de apoio financeiro complementar à execução do POAPMC, denominado PAC (Programa de Apoio Complementar), que complementa o apoio financeiro previsto no âmbito do POAPMC com a distribuição e o armazenamento dos alimentos.

Desde o início da pandemia provocada pela doença COVID-19, que o ISS, IP – Instituto de Segurança Social, tem vindo a adotar diversas medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica, que, por um lado, agravou as situações das pessoas mais carenciadas e que, por outro lado, aumentou o número de pessoas vulneráveis. O POAPMC, sendo um programa que visa a distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas e o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social destas pessoas, constitui-se como um dos meios primordiais para dar resposta à emergência social. Assim, nos meses de abril e maio de 2020 o POAPMC alargou o número de destinatários para mais de 15% do previsto; nos meses de junho e julho de 2020, mais de 50% dos destinatários e a partir de agosto de 2020, mais 100% dos destinatários. Sendo assim, este programa passou a abranger 1070 destinatários, Sobreira e Sobrosa 300 destinatários cada e a Misericórdia 470 destinatários, sendo duplicado a entrega de 14 produtos do cabaz.

Atendendo à situação de crise e precaridade que assola o País, fruto da Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, permaneceu a necessidade de manter durante o ano de 2022 e 2023, a duplicação dos beneficiários do POAMPC/FEAC, por forma a compensar algumas carências dos destinatários e face ao aviso inicial.

A partir de 01 de novembro de 2023, no âmbito do Regulamento Específico da área temática da Demografia, Qualificação e Inclusão, este programa altera a sua designação para **“Programa Pessoas 2030”**, sendo uma nova fase do apoio alimentar, mas nos mesmos moldes do programa anterior, no período de programação 2023-2029, renovável anualmente. O ISS, IP, continua a ser o organismo intermédio no âmbito da Privatização Material – distribuição direta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade e medidas de acompanhamento às pessoas mais carenciadas. As Mediadoras S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa demonstraram indisponibilidade para continuar com o programa. Neste sentido, atendendo que a Misericórdia detém capacidade técnica e física, e para não penalizar os beneficiários, assume esta função de Coordenadora e Mediadora sem parcerias.



A comparticipação financeira que é paga pela Camara Municipal de Paredes para compensar a totalidade dos gastos com o Projeto (Pa) Redes de Inclusão, também é considerado como subsídio à exploração. Este projeto terminou no dia 30 de junho de 2023 e visou colaborar com o Município de Paredes na implementação da operação “Programa de Inclusão da Comunidade Cigana de Paredes” que é uma medida do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e visa combater a pobreza e a exclusão das pessoas e comunidades desfavorecidas no território em causa.

Na rubrica de subsídios à exploração também inclui o apoio financeiro que o Estado atribui à Instituição, através de uma candidatura ao Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, para compensação remuneratória dos Educadores de Infância.

Na rubrica “**Outros Rendimentos e Ganhos**” verifica-se um acréscimo de 14.55% em relação ao período transato, reflexo do aumento de rendas de edifícios, consultórios e habitações e rendimentos suplementares.

Esta rubrica também inclui valores da conta “Restituição de Impostos” referente aos pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, que oscila em função do investimento efetuado.

Também contempla nesta rubrica, a imputação de subsídios/doações para investimento, que estão associados a ativos fixos tangíveis e que são transferidos numa base sistemática, para a conta 78831 – Subsídios ao Investimento, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

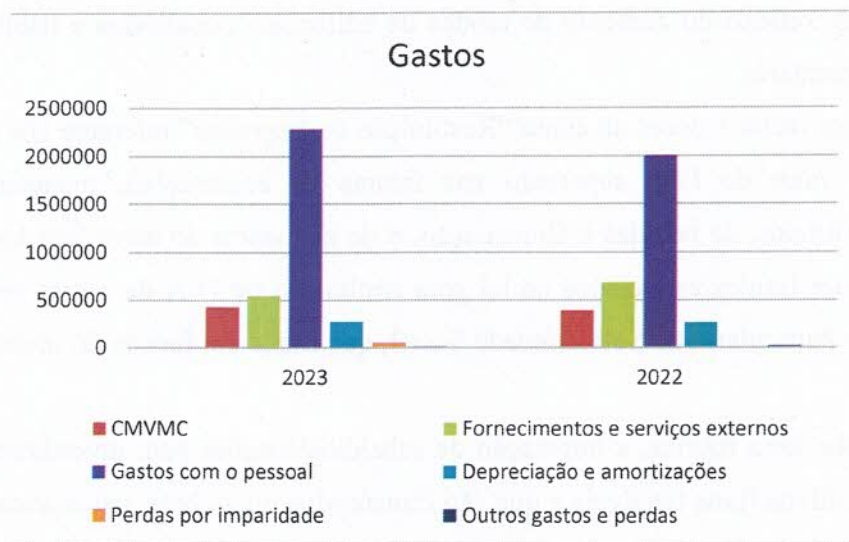
A rubrica “**Juros e Rendimentos Similares Obtidos**” sofreu alteração significativa justificando-se pelo aumento da taxa de juros atribuídas às aplicações financeiras efetuadas pela Instituição. No período em análise, esta rubrica teve um acréscimo de 12 188.07€ (doze mil, cento e oitenta e oito euros e sete cêntimos), em relação ao período de 2022.

As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2023 são, os “**Prestação de Serviços**”, “**Outros Rendimentos e Ganhos**” “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**”, representando 70.16%, 17.94% e 11.51% do total dos rendimentos, respetivamente.

Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

(valores em euros)

Gastos	2023	2022
CMVMC	432.624,47	390.774,72
Fornecimentos e serviços externos	554.152,59	685.197,91
Gastos com o pessoal	2.280.858,33	1.999.671,35
Depreciação e amortizações	282.823,30	268.759,35
Perdas por imparidade	56.924,14	0,00
Outros gastos e perdas	12.802,68	20.530,44
Total dos gastos	3.620.185,51	3.364.933,77



No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de € 3 620 185.51 (três milhões, seiscentos e vinte mil, cento e oitenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 7.59%, face ao ano de 2022.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Na rubrica “**Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**” verifica-se um acréscimo na ordem de 10.71%, face ao período de 2022, efeitos da subida constante de preços.

Na rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” verifica-se uma diminuição na ordem de 19.13%, em relação ao período de 2022.

Os gastos que sofreram reduções mais significativas durante o ano 2023, foram os “Trabalhos Especializados”, “Gás Natural” e “Bolsa de Emprego”.

A “Bolsa de Emprego” refere-se a uma medida do IEF – Instituto Emprego Formação Profissional “**Contrato Emprego Inserção+**”, que consiste na realização de tarefas por desempregados, beneficiários do rendimento social de inserção, de trabalho socialmente necessário que satisfaça necessidades sociais e temporárias. A Misericórdia de Paredes candidata-se a esta medida para colmatar situações de substituições temporárias de trabalhadores impedidos de trabalhar e reforço de apoio aos trabalhadores. A comparticipação financeira do IEF é de 90% sobre a bolsa de emprego e é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiários, e o gasto que a Misericórdia suporta é de 10% desse valor. O rendimento é registado na conta de “Subsídios à Exploração” e o gasto na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os “**Gastos com o Pessoal**” atingiram a verba de € 2 280 858.33, um acréscimo de 14.06% em relação ao período de 2022. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, progressão da carreira profissional de alguns funcionários, contratações temporárias para substituição de trabalhadores ausentes ao serviço por baixa médica, bem como a aplicação a todos os funcionários das portarias de extensão da contratação, primeiro com a adequação ao contrato coletivo da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, com efeitos retroativos a novembro de 2022, e depois ao Contrato Coletivo entre a UMP – União das Misericórdias Portuguesas e FNE – Federação Nacional da Educação e Outros, produzindo efeitos a partir de 1 de maio de 2023.



O “Projeto (Pa) REDES DE INCLUSÃO”, no âmbito da parceria entre o Município de Paredes e a Irmandade da Misericórdia de Paredes, terminou a 30 de junho de 2023. Este Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais foi cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE - tipologia de Operações 3.09 – Projeto de Mediadores Municipais Interculturais) que teve como objetivo promover a qualidade de vida e inclusão social da Comunidade Cigana de Paredes, o que originou a contratação de duas trabalhadoras, uma com categoria profissional de Psicóloga e outra de Assistente Social, com início de funções em novembro de 2021. Foi uma parceria que teve em vista a consolidação de sinergias no desenvolvimento das respetivas ações e que integram a operação cofinanciado a 100% dos valores dos gastos suportados pela Misericórdia de Paredes.

Na rubrica “**Gastos com Depreciações e Amortizações**” verifica-se um aumento na ordem dos 5.23%. A quantia depreciable de um ativo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. O período de vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

Na rubrica “**Perdas Por Imparidade**” constam as evidências objetivas de imparidade, com inerente risco de incobrabilidade das dívidas de clientes/utentes de cobrança duvidosa com créditos em mora há mais de 24 meses.

Por sua vez, a Rubrica “**Outros Gastos e Perdas**” sofre um decréscimo na ordem dos 37.64% face ao ano transato. Esta rubrica inclui impostos, correções relativas a exercícios anteriores, donativos, quotizações e outros gastos.

É de salientar no total dos gastos as rubricas “**Gastos com o Pessoal**”, “**Fornecimentos e Serviços Externos**” e “**CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**” com uma representatividade de 63%, 15.31%, 11.95% respetivamente.

Completamos o período de 2023, com um resultado líquido negativo de € 267 704.29 (duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e quatro euros, e vinte e nove cêntimos).

Análise da Situação Financeira – Balanço

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de dezembro de 2023 o **Ativo Líquido** da Instituição cifra-se em € 6 418 730.69 (seis milhões, quatrocentos e dezoito mil, setecentos e



trinta euros e sessenta e nove cêntimos), traduzindo um decréscimo em termos percentuais de 4.50% relativamente ao período de 2022 que se cifrou em 6 720 964.76 (seis milhões, setecentos e vinte mil, novecentos e sessenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos).

É de destacar a representatividade de 54.37% Ativos fixos tangíveis e de 24.39% das disponibilidades, no total do ativo.

Quanto aos **Fundos Patrimoniais** passou de € 5 977 530.42 (cinco milhões, novecentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta euros e quarenta e dois cêntimos) em 2022, para € 5 648 276.73 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e seis euros e setenta e três cêntimos), o que traduz um decréscimo em termos percentuais de 5.51%.

A rubrica "**Outras Variações nos Fundos Patrimoniais**" contempla os Subsídios "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor", "Subsídios PRR-TO 1.1 Mobilidade Verde – Aquisição de viatura elétrica para SAD – Serviço de Apoio Domiciliário", bem como heranças e doações de ativos fixos tangíveis efetuadas por utentes do Lar e Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena.

Os subsídios não reembolsáveis "PIDDAC", "Fundo Rainha Dona Leonor", "Subsídios PRR-TO 1.1 Mobilidade Verde – Aquisição de viatura elétrica para SAD – Serviço de Apoio Domiciliário", heranças e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras Variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento" durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

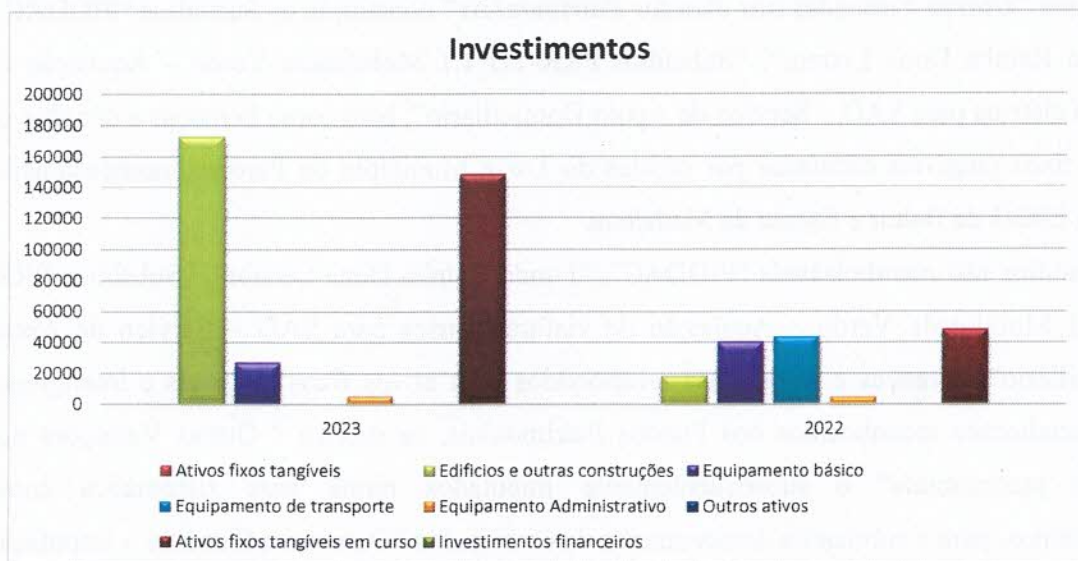
Quanto ao **Passivo Corrente**, passou de € 743 434.34 (setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos) em 2022, para € 770 453.96 (setecentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e noventa e seis cêntimos), o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 3.63%, reflexo da variação da rubrica de "Fornecedores", "Estado e outros entes públicos", "Diferimentos" e "Outros passivos correntes".

Investimentos

O período de 2023 registou um investimento global de € 355 062.52 (trezentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), o que representa um decréscimo de 126.59%, face ao ano de 2022.

(valores em euros)

Investimentos	2023	2022
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	173.327,20	18.513,96
Equipamento básico	27.401,70	40.648,69
Equipamento de transporte	0,00	44.120,15
Equipamento Administrativo	5.166,63	4.591,22
Outros ativos	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	148.616,94	48.585,00
Investimentos financeiros	550,05	237,82
Total de investimentos	355.062,52	156.696,84



Execução Orçamental

A nível de execução orçamental os rendimentos e os gastos situaram-se acima do orçamentado em 0.89% e 5.08% respetivamente.

Conclui-se que apesar de ser um ano repleto de desafios de ajuda humanitária em tempos de emergente incerteza social motivada pela Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a execução não foi prejudicial e não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Realce-se que, para isso foi determinante a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da Misericórdia, com ou sem funções de chefia.



Considerações Finais

Ao apresentar, no cumprimento das disposições estatutárias desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes, as contas relativas ao ano de 2023, procurou-se fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi a atividade desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição.

Não pode assim a Mesa Administrativa deixar de agradecer o empenho e colaboração dos órgãos sociais, e especialmente de todos os funcionários e colaboradores que, com espírito solidário e empenhado, defendem com a sua ação o bom nome da instituição, servindo o bem comum e dignificando as obras de misericórdia.

Como todos sabem, os desafios que se colocam à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu dia a dia, pelo que continuará a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade, ainda que à custa do sacrifício dos nossos funcionários e do esforço financeiro demonstrado nas contas dos últimos anos.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2023

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do período de 2023;
2. Que o Resultado Líquido Negativo de € 267 704.29 (duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e quatro euros e vinte e nove cêntimos) do período de 2023, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 08 de março de 2024

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada

Provedor:

Vice-Provedor:

Tesoureira:

Secretária:

Vogal:



A,
i
A
A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2023



Balço em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	3.490.158,26	3.418.469,09
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	6	560.495,43	559.945,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		4.050.653,69	3.978.414,47
Ativo corrente:			
Inventários	7	17.250,64	15.003,33
Créditos a receber	13.1	34.041,06	82.225,91
Estado e outros entes públicos	13.2	16.910,39	4.707,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	-	40,00
Diferimentos	13.4	84.442,99	125.378,51
Outros ativos correntes	13.5	649.864,32	592.063,63
Caixa e depósitos bancários	13.6	1.565.567,60	1.923.131,27
		2.368.077,00	2.742.550,29
Total do Ativo		6.418.730,69	6.720.964,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.7	4.892.916,03	5.110.172,27
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	970.848,24	1.032.397,64
Resultado líquido do período		(267.704,29)	(217.256,24)
Total do Fundo dos fundos patrimoniais		5.648.276,73	5.977.530,42
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.8	56.686,89	102.245,60
Estado e outros entes públicos	13.2	53.400,18	47.170,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	82.500,33	77.323,60
Outros passivos correntes	13.9	577.866,56	516.694,87
		770.453,96	743.434,34
Total do Passivo		770.453,96	743.434,34
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6.418.730,69	6.720.964,76

**Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro 2023**

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	13.10	2.352.147,20	1.033.090,86
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	385.948,78	1.588.802,99
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.12	(432.624,47)	(390.774,72)
Fornecimentos e serviços externos	13.14	(554.152,59)	(685.197,91)
Gastos com o pessoal	13.15	(2.280.858,33)	(1.999.671,35)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	(56.924,14)	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13.16	601.570,95	525.157,46
Outros gastos	13.17	(12.802,68)	(20.530,44)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.304,72	50.876,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(282.823,30)	(268.759,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(280.518,58)	(217.882,46)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.18	12.814,29	626,22
Juros e rendimentos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(267.704,29)	(217.256,24)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(267.704,29)	(217.256,24)

**Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2022**

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de janeiro de 2022 (SNC)	52.216,75	2.213.739,63	5.374.382,88	(1.140.938,42)	(264.210,61)	6.235.190,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						
Aplicação Resultado Líquido Período			(264.210,61)		264.210,61	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(40.403,57)		-		(40.403,57)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(217.256,24)	(217.256,24)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (SNC)	52.216,75	2.173.336,06	5.110.172,27	(1.140.938,42)	(217.256,24)	5.977.530,42

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2023

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de janeiro de 2023 (SNC)	52.216,75	2.173.336,06	5.110.172,27	(1.140.938,42)	(217.256,24)	5.977.530,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						0,00
Aplicação Resultado Líquido Período			(217.256,24)		217.256,24	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(61.549,40)		-		(61.549,40)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(267.704,29)	(267.704,29)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (SNC)	52.216,75	2.111.786,66	4.892.916,03	(1.140.938,42)	(267.704,29)	5.648.276,73



Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2.399.241,31	1.020.515,05
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-990.218,96	-1.036.144,01
Pagamentos ao pessoal		-2.244.925,16	-1.976.824,75
Caixa gerada pelas operações		-835.902,81	-1.992.453,71
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		759.789,54	2.066.193,45
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-76.113,27	73.739,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-281.029,99	-173.433,02
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-550,05	-237,82
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos			
Subsídios ao investimento		0,00	17.500,00
Juros e rendimentos similares		129,64	714,56
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-281.450,40	-155.456,28
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos da caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-357.563,67	-81.716,54
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		1.923.131,27	2.004.847,81
Caixa e seus equivalentes no final do período	13.6	1.565.567,60	1.923.131,27



Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023

(Montantes Expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161
4580-085 PAREDES

1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua eleição canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento a pessoas idosas, bem como apoio social á Infância, tendo como respostas sociais ERPI – Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL, SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social/RSI – Rendimento Social de Inserção, POAPMC – Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas e POISE – Programa Operacional Inclusão Social Emprego.

1.4. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2. *Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2022, exceto na rubrica de Vendas e Serviços Prestados versus Subsídios à Exploração por alteração



de política contabilística conforme parecer da CNC – Comissão de Normalização Contabilística.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e Credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

e) Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação ou alterações às demonstrações financeiras do período.



3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento.

A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%).

Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%.

Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%.

Em 2018 não houve alterações.



No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de 80 938 (oitenta mil, novecentas e trinta e oito) ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico a partir do ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

No dia 17 de agosto de 2023 foi assinado um contrato de cessão de posição contratual, entre a Misericórdia de Paredes, Questão Seguinte, Lda e Nuno Pinto Leite SGPS, Lda em que é celebrado e reciprocamente aceite que a empresa Questão Seguinte, Lda cede a Nuno Pinto Leite SGPS, Lda, a posição contratual, e respetivos direitos, que possui em virtude do Contrato Promessa de Venda de Ações, relativo a 80 938 (oitenta mil, novecentas e trinta e oito) ações do HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, produzindo efeitos a partir da data da assinatura do respetivo contrato.

Em 2023, na contabilização de Rébito, foi alterada a política contabilística da contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre a Instituição e o Estado. Assim, por comunicação do dia 31 de outubro de 2023, a CNC – Comissão Normalização Contabilística **emitiu o seguinte parecer:**

“Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequência dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (conta 72);

“Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos um subsídio à exploração (conta 75).



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) *Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciáveis/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos Resultados “Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos”.

A partir de 2016, as anteriormente designadas “Propriedades de Investimento” passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de pré-construção e encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso, e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

**b) Métodos de depreciações usados:**

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	17.707,33				17.707,33
Edifícios e outras construções	15.592.972,21	173.327,20			15.766.299,41
Equipamento básico	821.815,78	27.401,70			849.217,48
Equipamento de transporte	427.293,18	-			427.293,18
Equipamento administrativo	235.815,33	5.166,63			240.981,96
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
Ativos fixos tangíveis em curso	133.474,07	148.616,94			282.091,01
Total Ativo tangível bruto	17.307.658,49	354.512,47	0,00	0,00	17.662.170,96

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2023
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	12.512.511,51	220.131,83			12.732.643,34
Equipamento básico	696.360,98	42.626,64			738.987,62
Equipamento de transporte	384.949,91	10.661,29			395.611,20
Equipamento administrativo	216.831,50	9.358,45			226.189,95
Outros ativos fixos tangíveis	78.535,50	45,09			78.580,59
Total depreciações ativos tangíveis	13.889.189,40	282.823,30	0,00	0,00	14.172.012,70
Ativo fixo tangível líquido	3.418.469,09				3.490.158,26



5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

b) Métodos de amortizações usados:

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de amortização utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2023
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69				168.244,69
Total Ativo intangível bruto	168.244,69	-	-	-	168.244,69

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2023
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69	-	-	-	168.244,69
Total depreciações ativos intangíveis	168.244,69	-	-	-	168.244,69
Ativo intangível líquido	0,00				0,00

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

Os investimentos financeiros são constituídos por empréstimos e participação financeira no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social, Fundo Compensação Salarial e outros investimentos.



a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

Relativamente à base de mensuração da participação financeira na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico no ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N.º 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscentos e quarenta e



três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas vencidas e não pagas pelo HMP no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros).

O desconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As oscilações na rubrica “Outros Investimentos Financeiros” referem-se ao Fundo de Compensação Salarial.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros

	Saldo em 31/12/2022	Aumentos	Abates e Alienações	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Investimentos financeiros					
Ações no HMP, SA	443.661,58				443.661,58
Empréstimos	110.922,00				110.922,00
Outros investimentos financeiros	5.361,80	1.073,00	522,95		5.911,85
Total Investimentos financeiros	559.945,38	1.073,00	522,95	-	560.495,43

7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.



7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

Descrição	2023	2022
Inventários		
Matérias primas e consumíveis	17.250,64	15.003,33
Total Inventários	17.250,64	15.003,33

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

9. SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Saldo a 31-12-2022	Subsidio 2023	Imputação do subsídio	Saldo a 31-12-2023
Fundos Patrimoniais				
Subsidio PIDDAC	218.978,10		7.877,26	211.100,84
Subsidio Fundo Rainha D. Leonor	90.042,63		18.008,52	72.034,11
Subsidio Viatura 100% elétrica	16.770,83	0,00	4.375,00	12.395,83
Total	325.791,56	0,00	30.260,78	295.530,78



Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas dos créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/membros e outras dívidas de terceiros a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos e apresentados nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos” do balanço.

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de turno, subsídio de coordenação, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecimentos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

11.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários é o seguinte:



Descrição	2023	2022
N.º médio de funcionários		
Contratos sem termo (Efetivos)	119	106
Contratos a termo certo	4	0
Contratos a termo incerto		
Substituição temporária de funcionários	9	11
Ao abrigo do POISE Paredes Inclusão Social	0	2
Ao abrigo do POAMPC (Programa Alimentar)	0	1
Ao abrigo do Protocolo com Autarquia SAAS/RSI	0	10
Estágio Inserção+ - apoio à deficiência (medida IEFP)	1	0
Estágio Ativar (medida IEFP)	1	0
Total	134	130

(a) contratos de trabalho convertidos para sem termo por limite de renovações ao abrigo da Legislação Laboral

O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:

Assembleia Geral – 3 membros efetivos e 0 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

A Mesa Administrativa admite a guerra entre a Rússia e a Ucrânia continuará a ter efeitos sobre a atividade da instituição, nomeadamente aumento dos gastos e diminuição de rendimentos. É, no entanto, sua convicção de que os impactos não vão afetar a continuidade da instituição.

**13. OUTRAS DIVULGAÇÕES****13.1) CRÉDITOS A RECEBER**

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

Descrição	2023			2022		
	Quantia nominal	Perda por imparidade	Valor Líquido	Quantia nominal	Perda por imparidade	Valor Líquido
Utentes c/corrente						
Saldos não vencidos	34.041,06	0,00	34.041,06	81.018,91	0,00	81.018,91
Utentes de cobrança duvidosa						
Saldos vencidos						
Mais de 360 dias	56.924,14	56.924,14	0,00	1.207,00	0,00	1.207,00
Total	90.965,20	56.924,14	34.041,06	82.225,91	0,00	82.225,91

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	2023		2022	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	16.910,39		4.707,64	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	0,00		0,00	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		11.398,94		10.187,23
Contribuições p/ Segurança Social		41.515,24		36.580,39
Outros		486,00		402,65
Total	16.910,39	53.400,18	4.707,64	47.170,27
Saldo		36.489,79		42.462,63

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Fundadores/Patrocinadores/doadores/associados/membros		
Fundadores/associados/membros em curso	-	40,00
Total	-	40,00



A
D
W
B
J

13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2023	2022
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Grandes reparações nos ativos e outros	84.442,99	125.378,51
Total	84.442,99	125.378,51
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração (POAPMC/FEAC)	34.502,23	10.601,91
Subsídios à exploração (PAC)	10.748,10	18.805,00
Mensalidades de utentes a reconhecer	37.250,00	47.150,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	766,69
Total	82.500,33	77.323,60

13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Suprimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	12.765,28	80,63
Outros acréscimos de rendimentos	29.136,36	12.950,52
Outros Devedores		
Inquilinos	507.518,31	507.635,14
Devedores por adiantamento venda ações HMP, SA	0,00	0,00
Devedores por participação no capital	1,00	1,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Devedores por subsídios - ISS (POAPMC)	68.205,12	39.321,15
Outros	11.116,76	10.953,70
Total	649.864,32	592.063,63

13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 este item era constituído pelas seguintes quantias:



Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	198,86	371,58
Depósitos à ordem	265.368,74	222.759,69
Depósitos a prazo	1.300.000,00	1.700.000,00
Total	1.565.567,60	1.923.131,27

13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2023	2022
Fundos patrimoniais		
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	4.892.916,03	5.110.172,27
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios ao investimento PIDDAC	211.100,84	218.978,10
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	72.034,11	90.042,63
Subsídio Mobilidade Verde - viatura 100% elétrica	12.395,83	16.770,83
Doações	1.816.255,88	1.847.544,50
Resultado líquido do período	(267.704,29)	(217.256,24)
Total	5.648.276,73	5.977.530,42

13.8) FORNECEDORES

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores c/c	56.686,89	102.245,60
TOTAL	56.686,89	102.245,60

**13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES**

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2023	2022
Fornecedores do imobilizado	73.482,48	0,00
Credores por acréscimos de gastos	355.467,57	319.534,40
Credores - Mediadores - Programa POAPMC	3.912,97	9.913,84
Outros credores	145.003,54	187.246,63
Total	577.866,56	516.694,87

13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	2.347.979,20	1.030.403,86
Quotizações e joias	4.168,00	2.687,00
Total	2.352.147,20	1.033.090,86

Número médio de utentes por resposta social em 31-12-2023

Resposta Social	Total Utentes	Comparticipados		Não comparticipados	
		Nº	%	Nº	%
Lar	61	60	98%	1	2%
Centro de dia	12	10	83%	2	17%
SAD	54	50	93%	4	7%
Creche	49	45	92%	4	8%
Pré-Escolar	111	90	81%	21	19%
CATL	98	76	78%	22	22%
Sub. Total	385	331	86%	54	14%
SAAS/RSI	856	856	100%	0	0%
POAPMC - Programa alimentar	1070	1070	100%	0	0%
Total	2311	1187		1124	49%

13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2023	2022
Subsídios, doações e legados à exploração		
Centro distrital de segurança social		
Lar	0,00	399.234,70
Centro de dia	0,00	19.088,10
SAD - Serviço de apoio domiciliário	0,00	286.257,71
Creche	0,00	208.615,64
Pré-escolar	29.136,36	202.636,44
CATL	0,00	83.573,81
RSI	0,00	177.788,54
POAPMC (Programa operacional apoio aos +carenciados)	45.180,07	18.405,72
Outros	0,00	5.264,00
Outras Entidades		
Autarquia	201.513,12	48.397,44
Subsídios IEFP	95.521,92	136.152,66
Doações e heranças	14.597,31	3.388,23
Total	385.948,78	1.588.802,99

13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2023 e 2022:

Descrição	Mercadorias	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo	Total
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
2023			
Inventários iniciais	0,00	15.003,33	15.003,33
Compras	0,00	434.871,78	434.871,78
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	17.250,64	17.250,64
C.M.V.M.C.	0,00	432.624,47	432.624,47
2022			
Inventários iniciais	0,00	14.293,20	14.293,20
Compras	0,00	391.484,85	391.484,85
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	15.003,33	15.003,33
C.M.V.M.C.	0,00	390.774,72	390.774,72

**13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:

Descrição	2023	2022
Fornecimentos e Serviços Externos		
Trabalhos especializados	63.524,54	93.718,99
Publicidade e propaganda	686,42	137,23
Vigilância e segurança	1.217,70	2.214,00
Honorários	47.712,25	41.961,29
Conservação e reparação	58.381,70	50.719,30
Encargos de saúde com utentes	23.514,07	30.935,29
Serviços bancários	1.553,06	1.330,43
Serviços de cabeleireiro e materiais de utentes	336,09	295,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.693,53	5.704,46
Livros e documentação técnica	0,00	148,63
Material de escritório	122,08	292,90
Artigos para oferta	4.551,33	1.947,49
Material didático	11.443,87	4.572,87
Jornais e revistas	488,00	458,00
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes, e outros)	46.730,50	36.997,14
Eletricidade	34.472,87	49.486,93
Gas natural	50.259,76	75.599,69
Gasoleo	13.719,16	16.792,12
Água	33.806,56	41.143,26
Outros fluídos	83,70	752,48
Deslocações, estadas e transportes	14.821,95	15.576,93
Comunicação	3.779,15	4.441,48
Seguros	16.240,38	13.528,17
Contencioso e notariado	20,00	378,80
Limpeza, higiene e conforto	4.892,24	4.287,60
Portagens	787,85	570,25
Atividades escolares	6.655,00	5.777,50
Bolsa centro emprego	103.251,55	180.846,70
Funerais de utentes	4.407,28	4.565,48
Outros	0,00	17,50
Total	554.152,59	685.197,91

**13.15) GASTOS COM O PESSOAL**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica “Gastos com pessoal” tem a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	1.824.911,23	1.618.601,78
Encargos sobre remunerações	386.328,73	346.070,51
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	47.277,25	31.718,63
Outros gastos (formação profissional ...)	22.341,12	3.280,43
Total	2.280.858,33	1.999.671,35

13.16) OUTROS RENDIMENTOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2023	2022
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	88.357,43	15.242,67
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.428,60	5.325,76
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		
Rendas de edificio - Hospital	159.598,16	157.883,87
Rendas de habitação	33.980,25	31.515,39
Rendas de consultórios	21.075,21	20.741,49
Rendas de edificio - hemodiálise	192.000,00	192.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	2.659,63	18.852,33
Imputação de subsídios/doações para investimentos		
Subsídios Piddac	7.877,26	7.877,26
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	18.008,52	18.008,52
Subsidio Mobilidade Verde - viatura 100% elétrica	4.375,00	729,17
Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis	31.288,62	31.288,62
Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA e consignação fiscal)	38.922,27	24.282,38
Outros Rendimentos e ganhos	0,00	1.410,00
Total	601.570,95	525.157,46

**13.17) OUTROS GASTOS**

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2023	2022
Outros Gastos E Perdas		
Impostos	6.590,40	5.820,21
Descontos De Pronto Pagamento Concedidos	1.090,74	915,36
Abates	0,00	1.408,10
Dívidas incobráveis	0,00	7.683,25
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	3.939,54	3.741,52
Donativos	270,00	50,00
Quotizações	912,00	912,00
Total	12.802,68	20.530,44

**13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2023	2022
Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	12.814,29	626,22
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Total	12.814,29	626,22

14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 08 de março de 2024.

Paredes, 08 de março de 2024

A Mesa Administrativa

Provedor:

Vice-Provedor:

Tesoureira:

Secretária:

Vogal:

A Contabilista Certificada n.º 61761



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da "Irmandade da Misericórdia de Paredes" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6.418.731 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.648.277 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 267.704 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

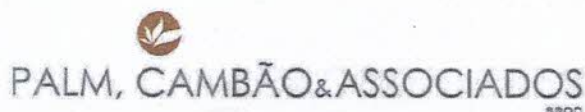
Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização

Bases para a opinião com reserva

Não foi constituída imparidade para processo judicial referente ao PER apresentado pelo HMP-Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., onde a Irmandade da Misericórdia de Paredes apresentou uma reclamação de créditos, no montante de 507.643 € proveniente das rendas vencidas e não pagas no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e sobre um empréstimo efetuado pela Irmandade da Misericórdia de Paredes enquanto acionista do HMP, no montante de 110.922€, em virtude destas dívidas não terem sido incluídas no Plano Especial de Recuperação (PER), por terem sido consideradas dívidas subordinadas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidade do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS
S.R.L.

devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva" do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS
SROC

Porto, 15 de março de 2024

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão
Registado sob os n.ºs 686 na OROC e 20160327 na CMVM

100,00% POR QUOTAS | CAPITAL SOCIAL: 10000 EUROS | REGISTADA NA C.R.C. DO PORTO - MATRICULA/NIPC: 510 288 878 | INSCRIÇÃO O.R.C.: 508 O N.º 272 | REGISTO CMVM N.º 20160327

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Rua Júlio Dinis, n.º 247 - 6.º piso - sala E12 | 4050-324 Porto | Email: geral@palm-cambao.pt | www.palm-cambao.pt | Telef. +351 226 079 490 (rede fixa nacional)
Rua do Gontim, n.º 77 - r/ch. esq. tras. | 4900-474 Viana do Castelo | Email: educardaviegas@palm-cambao.pt



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o disposto na alínea c) ponto 1º do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, vem o seu Conselho Fiscal, apresentar à Assembleia Geral o seu Parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo relativos ao exercício económico do ano de dois mil e vinte e três.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa relativas ao exercício económico de 2023, apreciou o Relatório de Gestão Anual sobre a movimentação das contas do exercício e o Anexo ao Balanço, documentos reportados ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2023, e à Demonstração de Resultados daquele período, tendo procedido à consulta e verificação de toda documentação de suporte.

O Exercício Económico de 2023, foi desenvolvido cumprindo todas as obrigações, fortemente influenciado pela guerra na Ucrânia que teve efeitos sobre a atividade da Instituição, fundamentalmente, a o aumento dos gastos e diminuição de receitas, dificultando sobremaneira a normalidade financeira da Instituição.

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em € 267.704,29, superior ao exercício anterior, teve origem fundamental em dois fatores:

1º.-A necessidade de a Instituição atualizar os gastos com o pessoal no montante de € 281.186,98

2º.- Cálculos em reversões, depreciações e de amortizações no montante de € 282.823,30, imputados ao exercício referente ao desgaste de bens mobiliários e imobiliários.

Mesmo assim, é convicção do Conselho Fiscal que o Resultado negativo apresentado, não compromete a estabilidade financeira da instituição que ficará fortemente protegida pelo saldo de tesouraria de € 1.565.567,60, montante este que transita em balanço para o próximo exercício e, por isso, entende o Conselho Fiscal que as contas de 2023 que nos foram apresentadas pela Mesa Administrativa merecem a aprovação dos seus irmãos em Assembleia Geral a realizar no próximo dia 22 de Março de 2024.

Concluindo, o Conselho Fiscal por unanimidade aprova, sem reservas, o Relatório de Contas do exercício compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2023 e aconselha a Assembleia Geral a igual procedimento. Louva a Mesa Administrativa, funcionários, colaboradores e todos os elementos do voluntariado pela demonstrada dedicação e competência que todos deram à Instituição no decurso do exercício.

Paredes, 18 de março de 2024

Presidente: [Signature] (Claudina Rosa Pinto Lourenço Martins Nossa)

Vice-Presidente: [Signature] (Tiago José Vieira e Castro do Amaral)

Secretário: [Signature] (António Francisco de Oliveira Ferreira)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]